

**EDUCAÇÃO E A QUESTÃO DO (SUB)DESENVOLVIMENTO
BRASILEIRO**

Luciano Accioly Lemos Moreira

RESUMO

Analisamos nesse artigo, as implicações e os limites da proposta para o desenvolvimento do Brasil nos anos 90 do século XX. À luz da perspectiva ontológica marxiana, nos detivemos na reflexão das políticas educacionais do governo brasileiro, e em alguns projetos desenvolvidos pelas Nações Unidas. Esses corpos legais apontam saídas para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, através de um outro modelo de formação escolar. Confrontamos o modelo de desenvolvimento defendido pelos objetos em análise com a compreensão crítica e particular da formação histórica do Brasil. Dessa forma, concluímos que há incongruências nesse projeto, pois sua proposta não supera o lugar subordinado do Brasil frente aos países avançados do capital.

PALAVRAS-CHAVE

Desenvolvimento, educação e particularidade histórica

**LA EDUCACIÓN Y LA CUESTIÓN DE LA (SUB)DESARROLLO
BRASILEÑO****RESUMEN**

En ese artículo, analizamos las implicaciones y límites de la propuesta para el desarrollo del Brasil en los años 90 del siglo XX. A la luz de la perspectiva ontológica marxiana, nos detuvimos en la reflexión de las políticas educacionales del gobierno brasileño, y en unos cuantos proyectos desarrollados por las Naciones Unidas. Esos cuerpos legales señalan salidas para el desarrollo económico y social del Brasil por medio de otro modelo de formación escolar. Confrontamos el modelo de desarrollo defendido por los objetos en análisis, con la comprensión crítica y particular de la formación histórica del Brasil. De esa manera, concluimos que existen incoherencias en ese proyecto, pues su propuesta no supera la posición subordinada del Brasil enfrente de los países avanzados en lo capital.

PALABRAS PRINCIPALES

Desarrollo, Educación y Singularidad Histórica

INTRODUÇÃO

Neste final de milênio, a sociedade brasileira vive um momento de rápidas transformações econômicas e tecnológicas, ao mesmo tempo em que avanços na cultura e na educação transcorrem de forma bastante lenta. Em função de uma economia dependente, não se desenvolveu uma cultura e um sistema educacional que pudessem fortalecer a economia, fazendo-a caminhar para a auto-suficiência; embora a modernização no Brasil tenha acontecido de forma surpreendentemente rápida, pela importação de bens tecnológicos, ela não se fez acompanhar da construção de uma consciência em torno de um desenvolvimento auto-sustentado.

Ao lado de um progresso material 'milagroso', a injusta distribuição de renda aprofundou a estratificação social, fazendo com que parte considerável da população não tenha condições de fazer valer seus direitos e seus interesses fundamentais, tornando mais agudo o descompasso entre o progresso econômico e desenvolvimento social.

Diante dessa conjuntura, há uma expectativa na sociedade brasileira para que a educação se posicione na linha de frente da luta contra as exclusões, contribuindo para a promoção e integração de todos os brasileiros, voltando-se à construção da cidadania, não como meta a ser atingida num distante, mas como prática efetiva.

A sociedade brasileira demanda uma educação de qualidade, que garanta as aprendizagens essenciais para a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem e na qual esperam ver atendidas suas necessidades individuais, sociais, políticas e econômicas. (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1998, p.19-21)

De acordo com o discurso acima, vivemos um momento no qual a economia do Brasil alcançou um patamar de desenvolvimento econômico e tecnológico inigualável. Porém, a educação não conseguiu acompanhar o progresso que se fez de forma "milagrosa e rápida". E, com isso, a consciência dos indivíduos não se instrumentalizou para a formação de uma cultura voltada à auto-suficiência econômica, à efetivação da cidadania, e à construção de uma relação social integradora de todos os brasileiros. Diante do exposto, os PCN defendem que a raiz das desigualdades sociais, no Brasil, está na má distribuição do acesso a uma formação educacional modernizadora e conseqüentemente, na inexistência de indivíduos instrumentalizados com as devidas competências do mundo moderno.

No momento em que introjetarmos nos indivíduos as capacidades necessárias à nova ordem produtiva do capital, possibilitaremos a inserção do Brasil na economia mundializada. Por esse ensejo, a educação configura-se no motor necessário para o crescimento econômico sustentável dos países subdesenvolvidos.

...promover um desenvolvimento que seja sustentável a longo prazo e menos vulnerável à instabilidade causada pela globalização econômica. A sustentabilidade do desenvolvimento, até os anos 70 considerada apenas em termos de acumulação de capital físico e financeiro, revelou-se a partir dos 80 fortemente associado à qualidade dos recursos humanos, à adoção de formas menos predatórias de utilização dos recursos naturais. (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1999, p.105)

O conhecimento, para os PCN; transforma-se a partir da década de 80 num dos principais meios de produção de riqueza. O ideal de desenvolvimento do Brasil por esse viés, desloca-se do investimento físico e tecnológico do parque industrial brasileiro, para a valorização do capital humano. Essas políticas educacionais, afirmam que os recursos humanos devem ajustar-se as transformações do capital atual, e dessa maneira, o Brasil poderá desenvolver uma economia sustentável e independente. A idéia de uma economia sustentável nesse momento alia-se intimamente a concepção de economia globalizada, ou seja, cada país deve explorar seus recursos naturais, econômicos e humanos existentes a sua realidade, colocando-os a disposição do mercado mundial, e por outro lado, consumir os produtos que precisam. A educação por esse lastro ideológico, deve investir na formação de capacidades e profissões possíveis e necessárias à realidade econômica de cada país, atendendo aos nichos de mercado presentes a sua riqueza natural e social.

Educação e desenvolvimento configuram-se num "casamento perfeito", sem o mínimo direito ao "divórcio". Para isso, é suficiente levar ao conhecimento de todos, o ideário modernizador, desfrutando de uma "lua-de-mel" ao lado dos "prazeres do mercado mundializado".

Seguindo a mesma equação, mais educação, maior crescimento econômico e diminuição da pobreza, a Organização das Nações Unidas (ONU) defende como proposta para o crescimento duradouro dos países pobres as seguintes proposições:

A¹ nossa única esperança de reduzir a pobreza é conseguir uma diversificação e crescimento duradouro dos rendimentos.

O alargamento do acesso às oportunidades oferecidas pela globalização é um deles. Os países que atingirem uma taxa elevada de crescimento são aqueles que se integrarem com êxito na economia global e conseguiram atrair os investimentos estrangeiros

Uma boa governação assenta no estado de direito, em instituições do Estado eficazes, na transparência e responsabilização na gestão dos assuntos públicos, no respeito pelos direitos humanos e na participação de todos os cidadãos nas decisões que afectam a sua vida.

Um crescimento duradouro e generalizado exige que se invista nos sectores da saúde pública e da educação e que se adoptem outras políticas sociais. Populações mais instruídas e melhor alimentadas têm capacidades de fazer escolhas com maior conhecimento de causa e de ter uma vida mais satisfatória, o que faz que as suas economias sejam mais produtivas e competitivas. (ONU, 2000, pp. 24-26)

A receita para o crescimento econômico exposto pela ONU se apresenta na abertura da economia dos países subdesenvolvidos a economia globalizada, na estruturação de um Estado eficaz para os interesses do capital internacional, e por fim, no investimento em educação e saúde para a população. Percebemos claramente que no discurso da ONU, crescimento econômico se efetiva na introjeção dos países na economia de mercado, no qual, o capital produtivo e humano deve fortalecer-se para a disputa dos mais eficazes na economia mundializada.

Essas afirmações demonstram um desnorreamento e uma incapacidade da apreensão do movimento real da totalidade capitalista e do lugar histórico em que o Brasil ocupa nas relações econômicas dessa sociabilidade do mercado. Realidade e pensamento se distanciam na perspectiva da manutenção do *status quo*. O olhar do capital produz o mito do desenvolvimento de um Brasil, independente, auto-suficiente, autônomo, rico, democrático, numa palavra: contemporâneo.

A reforma política apresenta-se nesse cenário como o único e melhor meio para as transformações adaptativas do Brasil à mundialização do capital. O "novo", como nos diz Chasin (2000), é sempre uma reciclagem do que era arcaico. Com isso, não há rupturas, vê-se a continuidade de uma relação econômica de um Brasil subordinado e dependente ao capital estrangeiro, representado por um controle político no qual, dependendo das condições

¹ Texto escrito em português de Portugal.

históricas desse país, oscila entre um poder bonapartista (ditaduras) e uma autocracia burguesa institucionalizada.

Para compreendermos e desvelarmos os sentidos dessas propostas de crescimento econômico para o Brasil, explicitadas pelos PCN e pela ONU, se faz necessário captarmos a formação histórica do capitalismo brasileiro em suas questões mais essenciais. Por maiores que sejam as diferenças econômicas, sociais, culturais e políticas do Brasil em diferentes momentos de sua história, há, em sua última instância econômica, uma forma particular de relacionar-se com a totalidade das relações mercadológicas do capital, que visam à manutenção e realização do seu modo de ser capitalista. Precisamos com isso, apreendermos a particularidade histórica do Brasil articulando a singularidade da economia brasileira, com a universalidade da produção capitalista. A particularidade com isso, expressará o modo que a economia brasileira participa e realiza sua riqueza no mundo da mercadoria global.

Por esse caminho metodológico, teremos como visualizar concretamente o sentido ideológico dessas políticas, que de tempos e tempos precisam atribuir novas nomenclaturas e outros projetos que atendam às necessidades de reprodução desse sistema sociometabólico do capital.

1. EDUCAÇÃO E (SUB)DESENVOLVIMENTO NO BRASIL: UMA EQUAÇÃO INSUPERÁVEL NOS MARCOS DO CAPITALISMO

O capitalismo é um modo de produção que, desde sua gênese, é direcionado por uma dinâmica econômica universalizante e abrangente. Seu epicentro formativo teve início na Europa Ocidental, mas com o tempo, foi se alastrando por um processo histórico complexo. A cada momento, diferentes países, continentes e regiões em todo o globo, vão participando de forma particular das relações do mercado capitalista.

A lógica do capital voltada para a produção de riqueza privada move as relações econômicas, políticas e sociais em todo o globo. Essas relações são direcionadas para a concentração, o monopólio e as desigualdades sociais, econômicas e culturais. Os países ocupam diferentes papéis na realização do objetivo lucrativo universal do capital. Chasin (2000, p.38) elucida a problemática sobre a formação contraditória e particular do capital nos diferentes países:

A sociedade pode se apresentar mais ou menos desenvolvida do ponto de vista capitalista, mais ou menos expurgada de elementos pré-capitalistas, mais ou menos modificada pelo processo histórico particular de cada país. De maneira que há *modos e estágios* de ser, no ser e no ir sendo capitalismo, que não desmentem a anatomia, mas que a realizam através de concreções específicas.

O lugar e a forma que o Brasil participa da economia mundializada do mundo de hoje estão relacionadas à sua gênese como país capitalista. As possibilidades no desenvolvimento econômico, social, político e cultural mantêm uma relação intrínseca a esse processo de formação histórica.

Prado Junior (1999, p.31-32) demonstra de forma sintética a essência histórica da formação brasileira:

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira, se gravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país. Haverá resultantes secundárias que tendem a para algo de mais elevado; mas elas ainda mal se fazem notar. O 'sentido' da evolução brasileira que é o que estamos aqui indagando, ainda se afirma por aquele caráter inicial da colonização.

A essência do Brasil, na sua relação com o capital, se apresenta através de um caráter de subordinação aos interesses e necessidades do capitalismo avançado. Nos constituímos em um lugar receptivo aos ditames e interesses dos outros. Por esse modo, não conseguimos nos formar a partir de um desenvolvimento e fortalecimento da classe burguesa e da sua economia interna. Pelo contrário, a burguesia realizou e realiza sua riqueza por meio da dependência e da associação aos capitais estrangeiros.

No quadro da formação histórica do capitalismo no contexto mundial existem varias formas e modos de constituição desse sistema produtivo. No primeiro momento, temos a chamada via clássica, que, por seu meio revolucionário, arrancou as amarras produtivas e

políticas do sistema arcaico feudal. Os países que representam essa transformação são respectivamente a Inglaterra e a França. O primeiro em meados de 1640, e o segundo em 1789, realizam por completo sua revolução democrático burguesa. Isso representa que a "revolução será mais radicalizada pois é uma burguesia amadurecida ideologicamente que irá pôr abaixo os entraves para o seu desenvolvimento, em aliança com o campesinato, a pequena burguesia e as classes populares urbanas (a *sans-culotterie*) (MAZZEO, 1997, p.112). Pelo viés da formação capitalista clássica, há um pleno desenvolvimento das possibilidades democráticas e econômicas da burguesia. A formação e a maturidade de suas potencialidades econômicas ocorrem por um processo de desenvolvimento de suas forças produtivas e do amadurecimento das relações essencialmente capitalistas.

No segundo caso, teremos a formação do capitalismo americano, que, inicialmente, formou-se de maneira débil, já que se configurava numa colônia de povoamento da Inglaterra, tendo na região sul do país uma economia escravista e exportadora. Porém, em suas colônias do Norte, o desenvolvimento interno da economia americana, a formação do trabalho assalariado e a constituição de uma produção essencialmente industrial preparava esse país para a conquista revolucionária. Mazzeo (1997, p.118-119) demonstra que a revolução civil americana ocorrida a partir da guerra civil entre a região sul atrasada e a região norte desenvolvida e vencedora do conflito de 1861 elevou esse país ao patamar de uma realização "clássica" do seu capitalismo:

O Norte industrial, agora mais forte economicamente, destroça a estrutura do sul em favor do pleno desenvolvimento de forças produtivas e relações de produção capitalistas. A 'via revolucionária', nos Estados Unidos, mobilizou milhões de pessoas do povo, homens livres que lutaram para continuar livres. Consolidou a democracia burguesa mais 'típica'. Estruturou, enfim, o mais burguês dos países dos países burgueses. Como dissemos, o caso norte-americano constitui-se num limite que foge à tendência histórica da América como um todo, onde se localiza o Brasil.

O terceiro caso, denominado "via prussiana", analisa a arquitetura do capitalismo na Alemanha, na Itália e no Japão. Esses três países de forma parecida (não semelhante), e em momentos distintos, realizam sua formação histórica de forma tardia, em relação aos outros países citados. Chasin (2000, p.39) evidencia tal questão:

Via prussiana, ou caminho prussiano para o capitalismo, como a denominou Lenin, aponta para um processo particular de constituição do modo de produção capitalista. No dizer de Carlos Nelson Coutinho, trata-se de um *itinerário para o progresso social sempre no quadro de uma conciliação com o atraso*: "Ao invés das velhas forças e relações sociais serem extirpadas através de amplos movimentos populares de massa, como é característico da 'via francesa' ou da 'via russa', a alteração social se faz mediante conciliações entre o novo e o velho, ou seja, tendo-se em conta o plano imediatamente político, mediante um reformismo pelo 'alto' que exclui inteiramente a participação popular"

A via prussiana parte de uma compreensão tardia do desenvolvimento do capitalismo. Essa particularidade demonstra a formação de uma economia débil e lenta, no qual o novo não se coloca de uma forma revolucionária, banindo o velho. A instauração do moderno paga um alto preço às relações arcaicas. A conciliação, o caráter retardatário e as soluções reacionárias fazem parte da instauração de um capitalismo aquém em seus aspectos progressistas e democráticos existentes em sua plenitude na via clássica. A economia sofre com as deficiências e a lentidão no seu desenvolvimento, e o poder político que deveria ser peça chave e central para a burguesia, na conquista por seus interesses capitalistas, é cedido a instituições conservadoras.

"Nesta transformação 'pelo alto' o universo político e social contrasta com os casos clássicos, negando-se de igual modo ao progresso, gestando, assim, formas híbridas de dominação, onde se 'reúnem os pecados de todas as formas de estado'" (CHASIN, 2000, p.42).

As especificidades apresentadas pelo viés prussiano de um modo retardatário de capitalismo nos darão a possibilidade de utilizarmos esse modo particular na compreensão do caso brasileiro. Algumas características apreendidas por essa arquitetura teórica e concreta do capitalismo prussiano diferenciam-se da constituição plena do desenvolvimento do capital percebido pela via clássica e americana. Afirmamos, porém, que o caso brasileiro guarda características, implicações e desenvolvimentos diferentes do caso alemão, contudo, "enquanto modo particular de se constituir e ser capitalismo é que o caminho prussiano tem para nós importância teórica básica" (CHASIN, 2000, p.43).

Tanto no caso brasileiro como no alemão, a produção agrária fundava-se no grande latifúndio, porém na Alemanha, a relação social de extração da riqueza do solo se deu por uma passagem da produção feudal para o capitalismo, ou seja, uma transição de um modo

a outro. No Brasil, o latifúndio tem sua gênese na extração colonial, movida para os interesses do capital mercantil externo. Outro ponto de semelhança entre a formação histórica desses países para o capitalismo moderno é a constituição de um modelo político reformista e conciliatório, já que as massas populares ficaram à revelia desse processo. As conquistas democráticas burguesas não se fizeram presentes em sua completude como nas formações clássicas. No caso específico brasileiro, o modelo politicista, de acordo com Chasin (2000, p.124), ocupa o lugar das formas democráticas não existentes no Brasil:

A nossa burguesia, para quem o liberalismo econômico (a livre troca para sustentar e ampliar sua própria natureza exploradora, através da associação crescente com a exploração hegemônica e universalizante do capital externo) foi sempre apropriado e conveniente, nunca pôde, nem sequer poderia ter aspirado a ser democrática, tem no politicismo sua forma natural de procedimento. Politicista e politicizante, a burguesia brasileira, de extração pela *via colonial*, tem na forma da sua irrealização econômica (ela não efetiva, de fato e por inteiro, nem mesmo suas tarefas econômicas de classe) a determinante de seu *politicismo*. E este integra, pelo nível do político, sua incompletude geral de classe. Incompletude histórica de classe que afasta, ao mesmo tempo, de uma solução orgânica e autônoma para a sua acumulação capitalista, e das equações democrático-institucionais, que lhe são geneticamente estranhas e estruturalmente insuportáveis, na forma de um regime minimamente coerente e estável. O politicismo atua neste contexto, enquanto produto dele, como freio e protetor. Protetor da estreiteza econômica e política da burguesia; estreiteza, contudo que é toda riqueza e todo o poder desta burguesia estreita.

A falta de uma autonomia econômica reflete na formação de uma política autocrática, em que as reformas políticas vindas do alto representam apenas uma readequação legal, formativa e organizacional do Brasil às necessidades do capital internacional. A política brasileira tem a função de organizar, reprimir e controlar qualquer movimento político que vá no sentido contrário da subordinação e da dependência externa, pois é dessa forma que a burguesia local e internacional, extrai, de forma qualitativa e quantitativamente diferente, a riqueza produzida pelo trabalho nacional.

Retomando a relação entre o caso brasileiro e a via prussiana alemã, temos como análogo entre essas duas realidades o desenvolvimento lento das forças produtivas essencialmente capitalistas. A industrialização se fez por caminhos tortuosos, descontínuos e refreados por formas retrógradas ainda existentes. Entretanto, essa analogia, se não contiver o cuidado necessário, pode deixar escapar o que há de diferenças.

A Alemanha, mesmo que de maneira retardatária em relação aos países clássicos, caminha e alcança ainda a tempo, uma posição de país industrializado em meados de 1913. No início do século XX, esse país poderia de forma brutal e violenta alcançar os outros países imperialistas e, com isso, lutar por um lugar de dominação econômica e política restrita aos países avançados. Explicitando essa corrida da Alemanha para o rol dos países dominantes, Lukács apud Chasin (2000, p.52) diz que:

Ao converter-se a Alemanha em uma grande potência capitalista, a divisão colonial do mundo chegava já ao seu fim, o que fazia que a Alemanha imperialista, se quera chegar a adquirir um império colonial afinado com seu poderio econômico, só pudesse fazê-lo por meio da agressão, arrebatando a outros suas colônias. Isto fez nascer na Alemanha um imperialismo especialmente 'voraz' agressivo, ávido de butim, que pressionava de um modo veemente e implacável na direção de uma nova divisão das colônias e das esferas de influência.

O Brasil, diferente da Alemanha, inicia seu processo de industrialização com um atraso bem maior que o da via prussiana. A economia brasileira não consegue alcançar o desenvolvimento industrial dos países imperialistas e, por isso, é condenada a uma forma de sociabilidade, sujeitada aos pólos hegemônicos da economia internacional. Chasin (2000) defende que o caso particular brasileiro pode ser designado como via colonial, e por essa compreensão formativa do capitalismo nesse país, podemos afirmar que enquanto a Alemanha foi tardia, o Brasil é hiper-tardio no seu desenvolvimento.

A hiper-tardialidade brasileira explicita os efeitos danosos do capital em seu mais alto grau de desumanidade. As conquistas humanistas presentes no capitalismo avançado, representado pela democracia, cidadania e uma melhor justiça social e distributiva da riqueza, nunca se fizeram presentes na realidade brasileira. A burguesia brasileira não teve como propulsora de suas ações a força das massas populares, mas as antigas classes retrógradas, conservadoras, dominantes e latifundiárias, que, aliando-se a esses setores, buscavam seus interesses estreitos e subordinados. A subordinação da burguesia nacional, tanto internamente ligada aos grupos políticos arcaicos brasileiros, como externamente ao capital internacional dominante, produz um capitalismo simbiótico e viciado. Prado Junior (1977, p.91) demonstra o processo de dependência histórica do Brasil, pois diz o autor que, apesar das grandes transformações,

por que passou a economia brasileira, e que se vêm acentuando nestes últimos decênios, ela não logrou superar algumas de suas principais debilidades originárias, e libertar-se de sua dependência e subordinação no que respeita ao sistema econômico e financeiro internacional de que participa e em que figura em posição periférica e marginal. Numa palavra, não conseguiu integrar-se nacionalmente. E o que é mais grave, não se acha decisivamente engajada no processo dessa integração, continuando pendentes, sem perspectiva de solução dentro da atual ordem de coisas e marcha dos acontecimentos, óbices essenciais ao desenvolvimento daquele processo. (PRADO, 1977, p.91)

A realização de nossa economia agroexportadora e mais tarde industrial se faz por um processo de simbiose em que a produção, o investimento e a realização por meio da venda dos nossos produtos dependem essencialmente da economia dominante externa ao Brasil. Chasin (2000, p.224) atinge o cerne do capitalismo no Brasil, quando afirma que:

O capital incompleto e incompletável abandona definitivamente qualquer ilusão de autonomia, se é que a teve concretamente alguma vez, e identifica *modernidade* com *integração subordinada*. De modo que seu sonho passa a ser o estabelecimento da *boa parceria*, da vivência e gozo da *boa cumplicidade* com o titã que vem de fora, a um tempo mestre e senhor, o que ensina e eleva, orienta e dirige. O capital inconcluso, sôfrego em sua alma prostituta, se transveste em noiva absequiosa, disposta aos sacrifícios da purificação, para que o impossível himeneu seja celebrado, inclusive com uma gota de sangue sintético.

Com a mundialização do capital a qual vivemos hoje em dia, visualiza-se que os espaços do mercado em todo o globo, os recursos naturais essenciais à industrialização, o controle e o conhecimento da tecnologia e da ciência para fins mercadológicos, a indústria militar, encontram-se sob o domínio dos grandes blocos produtivos e financeiros dos países dominantes. Essa configuração contemporânea da economia mundial impõe definitivamente (enquanto vivermos sob a lógica produtiva regida pelo capital) aos países subdesenvolvidos um lugar de subordinação necessária à reprodução desse sistema desigual. A chamada globalização representa, conforme Chasin (2000, p.286), uma "livre concorrência travada em dimensões siderais por nações galácticas". Os países terceiros mundistas "só podem almejar papéis coadjuvantes, na escala dos vínculos assimétricos a que estão condicionados" (CHASIN, 2000, p.286).

De forma sintética e esclarecedora, Tonet (2004, p161) corrobora com essa problemática:

A história mostra que aqui nunca houve uma revolução burguesa em sua plenitude. Deste modo, a inclusão das massas populares no patamar da cidadania plena, jamais se efetivou, ao contrário do que aconteceu nos países centrais. Assim, hoje, como ontem, é uma ilusão pensar que o Brasil possa se tornar um país do chamado primeiro mundo. O que está em discussão, de fato, é apenas qual o lugar que ele - e outros - ocupará no campo da integração subordinada. O que evidencia o fato de que a burguesia é incapaz de realizar as tarefas que seriam de sua competência, seja no campo econômico, político ou social. Deste modo, a exclusão da maioria da população do estatuto pleno da cidadania é uma consequência necessária desta associação subordinada, agravada ainda pelo chamado processo de globalização econômica em curso.

Reforçando, e ao mesmo tempo esclarecendo essa questão, Mézáros apud Paniago (2000, p.22) explica que:

O capital, em “vez de produzir um círculo de consumo integral cada vez mais rico” (como gostariam os defensores da distribuição racional e equitativa da riqueza social), monta uma estratégia de aceleração do número de transações no círculo de consumo dado, pouco lhe importando que nessa mudança de rumo “vastos segmentos da população podem ser ignorados sem risco algum para o desenvolvimento capitalista, mesmo nos países ‘avançados’, para não mencionar o resto do mundo mantido num subdesenvolvimento forçado”.

Por esse motivo, o mundo subdesenvolvido como o Brasil, participa da economia mundial de maneira atrasada, dependente e subordinada, servindo assim, aos interesses econômicos dos países avançados, como também, a sua débil burguesia local. O trabalhador do Brasil deve produzir para o lucro dos seus burgueses e do capital internacional, recaindo sobre esse trabalhador, uma dupla carga de exploração.

O problema do subdesenvolvimento do Brasil e do seu lugar na economia mundial do capital faz surgir sempre nas discussões políticas nacionais e mundiais, a atividade educativa. As políticas educacionais do governo brasileiro, como também, dos órgãos internacionais representados pela ONU e o Banco Mundial, atribuem à educação um papel propulsor do potencial econômico dos países pobres, elevando as possibilidades dos indivíduos sobreviverem no mercado competitivo do capital. Assim, elaborações do papel da educação na amenização da pobreza são formuladas em propostas políticas, como se fosse possível impor uma outra lógica ao capital, mais humana, mais justa e mais democrática.

Ideologicamente os países avançados com seu poderio econômico, político e militar necessitam de tempos em tempos estabelecer formas de controle para a segurança dos

seus negócios mundiais. A saúde do sistema econômico movido por interesses meramente lucrativos e antagônicos do capital internacional, representado pelas grandes empresas e seus estados, formulam políticas e projetos para o terceiro mundo, com o objetivo da amenização dos efeitos nocivos desse sistema sociometabólico sobre esses países. Esses projetos terão seu conteúdo ideológico resignificado dependendo das possibilidades históricas abertas pelo crescimento econômico de uma época, ou de um momento de crise em que o sistema esteja vivenciando. Roberto Leher (1999, p.25-26) exemplifica em um dos seus estudos, as várias modificações de investimentos e intenções do Banco Mundial em relação aos países subdesenvolvidos.

A centralidade adquirida pela educação no discurso do Banco Mundial nos anos 1999 é recente. Na década de 1960, um vice-presidente do Banco, Robert Gardner afirmou: “nós não podemos emprestar para educação e saúde. Nós somos um banco!”. Esta situação começou a mudar na gestão de Woods (1963-1968) e, mais acentuadamente, na presidência de McNamara, quando a ênfase no problema da pobreza fez a educação sobressair entre as prioridades do Banco. Na década de 1970, esta instituição considerava o financiamento às escolas primárias e secundárias de formação geral um contra-senso, defendendo o ensino técnico e profissional, modalidades tidas como mais adequadas às necessidades (presumidas) dos países em desenvolvimento. Na virada neoliberal da década de 1980, a orientação educacional do Banco sofreu uma inflexão em direção ao ensino elementar. A orientação anterior foi então duramente atacada como voluntarista e dispendiosa. Na década de 1990, a inflexão neoliberal não apenas permanece válida como é radicalizada.

Diante dessa contextualização dos financiamentos e interesses do Banco Mundial sobre os países pobres, podemos visualizar que, dependendo do momento histórico em que o sistema do capital esteja passando, essas políticas deverão atender aos novos ditames necessários à reprodução dessa forma de sociabilidade. “As pessoas pobres do mundo devem ser ajudadas, senão elas ficarão zangadas”, Leher (idem, p.26) ao citar o discurso do presidente do Banco Mundial dessa década, demonstra que com a crise estrutural a qual o capital desde 1970 vem passando, e de maneira contínua, vem se aprofundando, seus efeitos como o desemprego crônico, a pobreza cada vez mais abrangente e profunda, o esfacelamento do estado de bem-estar social e outros, exige dos instrumentos de controle do capital novos projetos e políticas sociais para a manutenção da ordem. Com isso, o lugar do Brasil na economia mundializada deve seguir um ideal ideológico possível, assim, a ideologia desenvolvimentista que colocava a possibilidade dos países pobres alcançarem o desenvolvimento dos países ricos é abandonada, diante das impossibilidades criadas pela crise estrutural de hoje.

As formulação políticas nacionais (PCN) e internacionais (ONU e Banco Mundial) voltam-se no momento para o ideal da amenização da pobreza absoluta. Se observarmos atentamente o discurso dos PCN citado no início da análise, veremos que essas políticas educacionais ao considerar o Brasil já desenvolvido economicamente bastando-lhe apenas, melhor capital humano, ou seja, um trabalhador melhor qualificado, explicita que o modo econômico subdesenvolvido inerente ao nosso sistema produtivo particular brasileiro é visto na atualidade como o desenvolvimento possível a sua realidade. Os indivíduos por essas políticas devem capacitar-se para as necessidades desse mercado, participando nos empregos possíveis, ou criando novas alternativas de trabalho em áreas ainda não exploradas pelo capital. Políticas compensatórias que amenizem a pobreza, o desemprego e a fome no Brasil, se configuram na única e possível saída. Leher (1999, p.26) explicita tal questão quando

de acordo com a análise de Amin, o mercado dos países periféricos, distintamente dos países centrais, não é integrado tridimensionalmente (capital, mercadoria e trabalho), mas simbidimensionalmente (capital e mercadoria) – o trabalho, nas periferias, está excluído do mercado de trabalho fundado no conhecimento científico avançado, estando confinado pelas barreiras nacionais que separam os países centrais das periferias.

De acordo com esse discurso do Banco mundial a economia do mundo pobre está restrita a produção de mercadorias de baixo valor agregado, com isso, a formação do trabalhador deve ser direcionado a satisfação desse mercado de trabalho. Se a produção se dá de maneira débil e subordinada, o conhecimento do trabalhador deve seguir essa mesma lógica. Essa nova lógica de formação segue a idéia de que vivemos numa aldeia global, ou melhor, cada país explorando seus recursos naturais e econômicos pode e deve participar do mercado mundial. O Banco Mundial afirma que os países devem explorar as suas potencialidades participando dos nichos de mercado aos quais estejam preparados para participar. Os efeitos dessa política mundial no Brasil se apresenta através das políticas educacionais implantadas pelo governo brasileiro a partir da década de 90. A educação no Brasil se estrutura cada vez mais numa concepção minimalista e aligeirada de formação humana. Percebe-se claramente essa questão quando visualizamos que a educação fundamental (5ª à 8ª série) é vista como básica e necessária pelo Estado brasileiro na atualidade, relegando o ensino médio e superior a uma faixa mínima da população. O ensino universitário por essas políticas nacionais e internacionais, são absoletas e ineficazes, pois não

atendem as necessidades do mercado de trabalho possível nos países pobres. Leher (1999, p.30) demonstra tal ideal defendido pelo Banco Mundial:

Os indivíduos e países que priorizarem corretamente a educação terão um futuro radioso pela frente, comprovando, deste modo, a validade das bases do sistema. O capitalismo atual é justo com aqueles que souberem se qualificar corretamente. Basta não insistir nas prioridades erradas. Não adianta gastar com o ensino superior e a pesquisa, pois, conforme a tese das vantagens comparativas, os países em desenvolvimento devem perseguir nichos de mercado onde seja possível vender mercadorias de baixo valor agregado.

O Brasil deve crescer economicamente nos espaços possíveis inerentes a sua economia. Por esse viés ideológico, a globalização é uma condição complementar das variadas necessidades dos países, cada país participa do sistema produtivo mundial colaborando com o que pode, e beneficiando-se harmoniosamente desse sistema. O problema do crescimento econômico e da diminuição da pobreza no mundo subdesenvolvido, se configura num problema de gestão, ou seja, o investimento em capital humano por meio da educação deve priorizar a realidade específica de cada nação. Educação eficaz é aquela que de maneira prática e funcional instaura a possibilidade dos indivíduos sobreviverem nos seus países. Essa concepção de formação responde de maneira pontual as necessidades e possibilidades do capital em crise estrutural, pois no mundo do desemprego, do emprego precário e do subemprego, nada melhor que uma educação precária, pragmática, vazia de conteúdo e aprofundamento.

À GUIA DE CONCLUSÃO

A educação como muitos querem nos fazer pensar, não se configura em meio de produção a qual possa ser anexada à produção de mercadorias, proporcionando a desconstrução do lugar dependente do Brasil em relação à totalidade social. A riqueza no mundo capitalista é essencialmente representada pela realização industrial de um país. "O capital industrial é a forma fundamental do regime capitalista, sob a qual este impera sobre a sociedade burguesa" (MARX apud CHASIN, 2000, p.45-46).

Pensarmos num Brasil independente, autônomo, auto-suficiente, contemporâneo, democrático e cidadão a partir dessa forma de sociabilidade do capital é o mesmo que

intentarmos a realização da quadratura de um círculo. As formas híbridas e deformadas da nossa modernização (nunca contemporânea em relação aos países avançados) e nossa democracia politicista reformadora e adequadora não podem e nem devem ultrapassar os limites da dependência e da subserviência da nossa economia aos interesses externos do capital dominante. O problema do subdesenvolvimento não diz respeito a uma questão local, parcial e restrita ao país que sofre desse mal, mas a forma em que a dinâmica produtiva de forma totalitária e particular é realizada. Uma produção regida pelas leis cegas da acumulação e expansão de riqueza do capital coloca a lei do processo histórico da desigualdade no ritmo do desenvolvimento de cada país nas mãos de forças estranhas inerentes ao mundo da mercadoria.

A política de crescimento econômico do Brasil e dos países subdesenvolvidos com a amenização da pobreza absoluta para a segurança do mundo do capital, apenas reproduz um sistema sociometabólico desumano e excludente, reforçando e naturalizando o lugar dependente, subordinado e pobre em que esses países subdesenvolvidos ocupam no mercado mundial. Livre nesse sistema é o capital, que de maneira incontrolável necessita expandir-se e acumular riqueza extraída dos trabalhadores em todos os lugares do mundo. A brutalização da exploração do capital sobre o trabalho é a raiz da desigualdade social dessa lógica produtiva, que impossibilita a existência de um sistema produtivo mundial voltado para as verdadeiras necessidades humanas. E nos países periféricos do sistema podemos visualizar os feitos mais danosos e destrutivos dessa forma de sociabilidade, no qual a barbárie parece ser algo cada vez mais presente no cotidiano do mundo subdesenvolvido.

O projeto mistificador da globalização, como a existência de um mercado global, harmonioso no qual todos poderão desfrutar das riquezas pluralmente produzidas, se constitui numa farsa necessária para a continuidade desse sistema. O antagonismo apresenta-se no capitalismo na totalidade de suas relações econômicas, políticas e sociais, afetando desde as menores esferas produtivas, às grandes corporações. Os Estados nacionais participam desse sistema como um poder essencial no ordenamento político dessas relações desiguais, servindo em última instância para a manutenção e continuidade dos interesses privados da classe dominante. Portanto é impossível um controle político totalizador que promova a igualdade entre os países, constituindo-se apenas numa igualdade formal e ideológica. Essas mistificações escondem através de uma cortina de fumaça ideológica, a única e possível força internacional contrária a essa lógica: o trabalho. O problema do subdesenvolvimento recai

sobre a forma em que os homens produzem e reproduzem suas vidas, pois numa lógica em que o desenvolvimento de alguns é fruto da exploração de muitos, não pode em sua própria natureza produzir igualdade.

Assim, alcançamos um problema que sua resolução não se dá por meio da reforma do capital, mas através de uma transformação universal e abrangente que envolva todos os lugares e nações. É na superação dessa forma de sociabilidade do capital que o problema circular e vicioso do subdesenvolvimento pode ser quebrado em seu eixo subordinador.

REFERÊNCIAS

BRASIL, MEC/SEF, **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental**. Brasília, 1998.

_____, MEC/SEMT, **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio**. Brasília, 1999.

CHASIN, J. **A miséria brasileira: 1964-1994: Do golpe militar à crise social**. Santo André, SP: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

_____. **O Integralismo de Plínio Salgado: Forma de Regressividade no Capitalismo Híper-tardio**. 2ed. Belo Horizonte: Una Editoria, São Paulo: Estudos e edições Ad Hominem, 1999.

LEHER, R. **Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo**. Revista Outubro. N°3. São Paulo, 1999.

MAZZEO, A. C. **Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa**. São Paulo: Cortez, 1997.

PANIAGO, Cristina. **O controle do capital: uma impossibilidade objetiva**. Serviço Social e Sociedade. N°64. São Paulo: Cortez, 2000.

PRADO Jr., C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____. **A Revolução Brasileira: Perspectivas em 1977**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

PRADO Jr., C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1976.

TONET, I. **Democracia ou Liberdade?**. Maceió: edufal, 2004.

LUCIANO ACCIOLY LEMOS MOREIRA

Graduado em História (UFAL), Especialista em Educação (CEDU/UFAL),
Mestre em Educação Brasileira (PPGE-UFAL) e Doutorando em Linguística
na área da Análise do Discurso (PPGE/UFAL) – Professor substituto da
Universidade Federal de Alagoas
Conj. Arnon de Melo – Q.01 – Bl.05 – Ap.01- Santo Eduardo – Maceió –
Alagoas

E-mail: luaccioly@zipmail.com.br